

# ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO INSTUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 001 DE 31 DE MARÇO DE 2023



Sexta, 24 de Outubro de 2025 | VOL: 1 | Nº 24

# Índice

SECRETARIA	2
DECRETO	
DECRETO LEGISLATIVO Nº 014/ 2025	



#### **SECRETARIA**

#### **DECRETO**

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 014/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA MA DECRETO LEGISLATIVO Nº 014/2025 EMENTA: DISPÕE SOBRE O JULGAMENTO POLÍTICO DAS CONTAS ANUAIS DE GESTÃO DO EX PREFEITO ENÉSIO LIMA MILHOMEM, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente as conferidas pela Constituição Federal (art. 31, § 2°), pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno, submete ao Plenário o seguinte PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO: Art. 1º Ficam desaprovadas politicamente as contas anuais de gestão do ex Prefeito ENÉSIO LIMA MILHOMEM, referentes ao exercício financeiro de 2012, em conformidade com o Parecer nº 03/2025 CFO/CMFSN da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa Legislativa, que acompanhou integralmente o entendimento técnico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA), consubs tanciado no Parecer Prévio nº 324/2017, no Acórdão nº 813/2017, no Acórdão nº 298/2018, e no Parecer Ministerial nº 298/2015 GPROC2 do Ministério Público de Contas. Art. 2º Art. 2º O julgamento político de que trata este Decreto Legislativo temO julgamento político de que trata este Decreto Legislativo tem como fundamento o como fundamento o art. 31, § 2º, art. 31, § 2º, da Constituição Federal, e decorre dasda Constituição Federal, e decorre das irregularidades insanáveis constatadas pelo Tribunal de Contas e peloirregularidades insanáveis constatadas pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público de Contas, especialmente: Ministério Público de Contas, especialmente: I I — A ausência de publicação dos Relatórios Resumidos da Execução A ausência de publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) dOrçamentária (RREO) do 3° e 6° bimestres de 2012, em descumprimento 3º e 6º bimestres de 2012, em descumprimento ao art. 52 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidadeao art. 52 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); Fiscal); II II — Irregularidades nos processos licitatórios e ausência de documentos Irregularidades nos processos licitatórios e ausência de documentos obrigatórios, configurando ofensa aos princípios da legalidobrigatórios, configurando ofensa aos princípios da legalidade, ade, moralidade, publicidade e eficiência; moralidade, publicidade e eficiência; III III — Omissão quanto ao encaminhamento de informações contábeis eOmissão quanto ao encaminhamento de informações contábeis e fiscais exigidas pela legislação vigente. fiscais exigidas pela legislação vigente. Art. 3º Art. 3º Nos termos do art. 1º, inciso I, alínea "g", da Lei Complementar nºNos termos do art. 1º, inciso I, alínea "g", da Lei Complementar nº 64/1990, a desaprovação 64/1990, a desaprovação política das contas poderá ensejar efeitos depolítica das contas poderá ensejar efeitos de inelegibilidade do responsável, conforme a legislação eleitoralinelegibilidade do responsável, conforme a legislação eleitoral aplicável, sem prejuízo da validade e eficácia das sanções técnicas aplicável, sem prejuízo da validade e eficácia das sanções técnicas aplicadas pelo Tribunal de Contas.aplicadas pelo Tribunal de Contas. Art. 4º Art. 4º Este Decreto Legislativo não tem oEste Decreto Legislativo não tem o condão de modificar, anularcondão de modificar, anular ou revisar o julgamento técnico do Tribunal de Contas do Estado doou revisar o julgamento técnico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, limitando Maranhão, limitando--se ao exercício da competência política ese ao exercício da competência política e fiscalizatória desta Câmara Municipal, nos termos da Constituição fiscalizatória desta Câmara Municipal, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica MunicipFederal, da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno.al e do Regimento Interno. Art. 5º Art. 5º EncaminheEncaminhe--se cópia deste Decreto Legislativo:se cópia



deste Decreto Legislativo: I I — ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, para ciência eao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, para ciência e registro; registro; II II — ao Ministério Público do Estado do Maranhão, para as providências ao Ministério Público do Estado do Maranhão, para as providências que entender cabíveis; que entender cabíveis; II IIII — ao interessado, exao interessado, ex--Prefeito Enésio Lima Milhomem; Prefeito Enésio Lima Milhomem; IV IV — e publiquee publique--se no Diário Oficial da Câmara Municipal de Formosa dase no Diário Oficial da Câmara Municipal de Formosa da Serra Negra e no mural público oficial. Serra Negra e no mural público oficial. Art. 6° Art. 6° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de suaEste Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.publicação. PUBLIQUE PUBLIQUE--SESE CUMPRA CUMPRA--SESE Sala das Sessões da Câmara Municipal de Sala das Sessões da Câmara Municipal de Formosa da Serra Negra/MA, Formosa da Serra Negra/MA, em 16 em 16 de outubro de 2025.de outubro de 2025. MESA DIRETORA MESA DIRETORA:: JOSÉ DE RIBAMAR DA SILVA COSTA JOSÉ DE RIBAMAR DA SILVA COSTA Presidente Presidente JAMES AUGUSTO SANTOS RIBEI JAMES AUGUSTO SANTOS RIBEIRORO Vice Vice--PresidentePresidente WAGNER ARRUDA DO CARMO SANTOS WAGNER ARRUDA DO CARMO SANTOS 1º Secretário 1º Secretário ARIALDO BARROS COSTA ARIALDO BARROS COSTA 2º Secretário 2º Secretário

Publicado por: Genesio Adão costa silva CHEFE DE GABINETE Código identificador: z5fxodnevw20251024111000



## Estado do Maranhão CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA

### DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Câmara de Municipal de Formosa da Serra Negra Av. Gov. Edson Lobão, 147 - Centro Cep: 65928-970

# JOSE DE RIBAMAR DA SILVA Presidente

Informações: faleconosco@cmformosadaserranegra.ma.gov.br